

Makeda — O musical: legado ancestral e afrofuturo

» ANDREY LEMOS

Historiador, mestre em políticas públicas de saúde

Em meio a um janeiro chuvoso, num domingo que amanheceu ensolarado mesmo com o termômetro medindo 22°C, fui conferir *Makeda — O Musical*. Encenado no Teatro do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, fui conferir junto com um amigo jornalista, Pedro Lemos, com quem dividi a iniciativa de aproveitar o bom clima dominical e ir assistir ao espetáculo.

Fomos recebidos pela produção — que nos convidou para esse dia — e, ao entrar no teatro, encontrei várias pessoas queridas e admiradas, negras e não negras. Eu, até então, muito animado com aquele ambiente tão acolhedor, nem imaginava o que estava por vir.

Quando o musical iniciou, ao som de muitas crianças sendo crianças, nos sentimos integrados a um ambiente encantado pela infância. A obra do jovem e talentoso diretor Alex Miranda traz como pano de fundo o desafio de um trisavô em educar sua neta de 10 anos. O musical acontece em meio a brincadeiras, diálogos afetuosos cheios de ensinamentos e muita imaginação que, ao fim, nos envolvem no nosso legado ancestral, rodeado de amor, representatividade, luta e reconhecimento.

Sendo um homem preto e educador, comecei a me emocionar com a narrativa que valoriza os nossos griôs e as nossas infâncias, que nos dá a possibilidade de aprender e nos fortalecer a partir da nossa ancestralidade. O trisavô Noé e sua neta (Makeda), estabelecem, a partir do amor mútuo, uma conexão com nossos valores ancestrais, levando o público a uma viagem em alto-mar, revisitando esse processo diaspórico, entendendo ser muito mais interessante aprender com o abebé de Oxum do que com o espelho de Narciso.

A trilha sonora do musical é um ponto alto ao trazer, dentro da musicalidade negra, a nossa diversidade, com rap, ijexá, xote, baião, reconhecendo a história e a contribuição do nosso povo à nossa identidade cultural. Essa riqueza fortalece nosso pertencimento e nos faz pensar na importância de nos aquilombarmos e nos reposicionarmos para identificar soluções para nossos problemas, de forma lúdica.

O musical nos transporta pela história de povos, reinos, lideranças masculinas e femininas, expressando nossa descendência de reis e rainhas, explicando que nosso cabelo é a representação da nossa coroa, dilacerada no processo da escravidão. Assim é e devemos ter orgulho dos nossos traços, que nos ligam principalmente com a beleza, a sabedoria e todo o conhecimento que herdamos dos nossos povos africanos.



Da rainha das águas doces, do deserto, das tempestades e dos oceanos, passando por personagens do arauto, do rei em conflito com seu povo, do velho sábio ou preto-velho, e da neta cheia de inteligência e coragem, a peça tem como assistente de direção Fernanda Dias. O espetáculo devolve para o público, numa provocação por meio do Abebé de Oxum, o nosso empoderamento, para seguirmos lutando pela liberdade que está em nós, e que deve ser consolidada pela pertença, pois quando sonhamos juntos, realizamos muito mais.

Espero que esse texto e o sucesso da peça possam estimular o poder público a investir mais na arte e na cultura que conta nossa história, e que as ações afirmativas continuem cumprindo seu papel de valorizar a diversidade e educar para o respeito às diferenças.

O espetáculo é para todes, pessoas negras e não negras, e traz a influência do Teatro Experimental do Negro de Abdias do Nascimento. Um brilhante e ousado figurino, a trilha sonora, um conjunto que homenageia toda nossa arte popular brasileira, empoderando nossas crianças, reforçando a representatividade e educando adultos para uma reflexão antirracista. Parabéns ao elenco e à equipe de

produção, ao CCBB de Brasília que abre este espaço. Que bom que a Lei Rouanet voltou e que o Ministério da Cultura e o Ministério da Igualdade Racial seguem de mãos dadas para promover equidade na arte e para o povo!

Makeda é legado, ancestralidade, identidade e pertencimento, é política, fé, educação, criatividade, coragem, conhecimento, valorização da natureza, da diversidade, do feminino e da humanidade. É a sabedoria dos mais velhos que secularmente vem protegendo nossa cultura e identidade, resguardando princípios, tecnologias e símbolos. Makeda, ao apontar caminhos para nossa existência e continuidade, é afrofuturo.

Modupé, Alex Miranda. Modupé a toda equipe de direção, elenco e produção, a todes que seguem atendendo o chamado da nossa ancestralidade, ampliando conquistas dos nossos movimentos sociais negros, a todes que vieram antes e nos trouxeram até aqui. Feliz em viver para ver a nossa arte trazendo possíveis princesas negras do lado de cá. Axé e vida longa à *Makeda, A Rainha da Arábia feliz — O Musical*.

A tarifa zero como política de desenvolvimento e de segurança pública

» WASHINGTON QUAQUÁ (RJ)

» JILMAR TATO (SP)

Deputados federais do PT

Avança no mundo e precisa crescer no Brasil a visão da importância do transporte público gratuito no combate ao aquecimento global, no desenvolvimento econômico, na elevação da qualidade de vida, na inclusão e na mobilidade social. A situação dramática das periferias das metrópoles e as experiências bem-sucedidas de cidades pioneiras na Tarifa Zero nos ônibus urbanos nos estimulam a propor a inclusão desta política entre as prioridades da terceira gestão de Lula, com impacto na economia e na vida social à altura de programas como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida.

O governo federal tem instrumentos de regulação, articulação política e financiamento para transformar o transporte gratuito em uma agenda contemporânea de reestruturação da economia, de enfrentamento das mudanças climáticas e de construção de um mercado de consumo tão grandioso quanto o nosso país. A gratuidade ainda pode se tornar uma ação de contenção do crime organizado que, há muito, atua no sistema de vans no Rio de Janeiro e, mais recentemente, nos transportes de São Paulo.

A promiscuidade no relacionamento de empresas de ônibus com gestores públicos abriu para a política muitas páginas do noticiário policial. A ganância no setor passou também a atrair e a fortalecer o crime

organizado. A Tarifa Zero surge como uma ação que garante ao poder público controle do sistema de transporte, evitando a infiltração de máfias no setor, e, conseqüentemente, torna mais seguro o deslocamento dos cidadãos.

A Tarifa Zero como política pública de âmbito nacional teria impactos significativos para a economia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias brasileiras gastam 17% de sua renda mensal com transporte. O fardo pesado das tarifas limita a mobilidade social dos brasileiros. Sua eliminação liberaria recursos para alimentação, educação, saúde e consumo em geral, turbinando o mercado e a redução da pobreza. Foi o que ocorreu em cidades como Maricá (RJ), a primeira com mais de 100 mil habitantes que adotou a Tarifa Zero e experimentou um crescimento dos níveis de emprego e na pujança no comércio local.

Estudo do Banco Mundial indica que a redução dos gastos com transporte elevaria em até 4% a renda disponível das famílias mais pobres, que destinariam esses recursos a consumir produtos e serviços locais, gerando empregos. O potencial dessa pauta desenvolvimentista já foi percebido por gestores de quase cem municípios no país, dos mais diversos espectros ideológicos, especialmente de centro-direita, o que comprova seu caráter de política de Estado, não de ideologia. Falta o

governo federal abraçar a ideia e incluí-la definitivamente entre as reformas econômicas que começam a transformar o país.

Menos carros nas ruas quer dizer menos congestionamento e emissões de poluentes atmosféricos. O Ministério do Meio Ambiente indica que o setor de transporte emite 47% do dióxido de carbono no Brasil. A redução do tráfego permitiria viagens mais rápidas e menos estresse para os passageiros, tornando as cidades mais atraentes, amigáveis e dinâmicas. Um grande e ambicioso pacote de mudanças no sistema de transporte nos grandes centros não pode deixar de incorporar a transição energética como meta, com a eletrificação ou mesmo a adoção do gás natural como combustível principal. São bandeiras estratégicas, do ponto de vista da diplomacia, para o país que vai sediar a COP 30, centrada na transição energética, 23 anos depois de receber líderes políticos e ativistas de todo o mundo para começar a grande batalha contra o aquecimento global.

É hora de o país considerar essa proposta não apenas como um benefício para os mais vulneráveis, mas como um investimento no futuro sustentável e inclusivo de nossas cidades, bem como na segurança pública. Um passo a mais em direção a um Brasil mais justo, seguro, sustentável e financeiramente equilibrado.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Vivendo no mundo virtual

Livros e teses abordam que o uso prevalente de um computador ou tablet, tanto em sala de aula quanto em casa, podem prejudicar muito mais do que ajudar no desempenho dos alunos. Principalmente quando o computador é o centro da atenção, e não o estudante. Experiências pontuais mostram que alunos que foram obrigados a deixar o computador de lado em suas tarefas diárias apresentaram notas 18% superiores em comparação com aqueles que usaram sistematicamente os meios digitais em suas atividades escolares.

O renomado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) desenvolveu uma pesquisa intensa por dois anos, logo que os computadores começaram a ser introduzidos nas escolas norte-americanas. Foram três grupos divididos de quase 800 alunos matriculados do ensino médio. Para um país como os Estados Unidos, onde a porcentagem no uso de computadores no ensino saltou de 3%, em 1994, para 94% em 2005, a relevância desse estudo mostra que essa nova ferramenta, a despeito de suas possibilidades quase infinitas, não corresponde, necessariamente, para melhorar o complexo processo didático do ensino-aprendizagem.

Pode parecer até uma contradição ter de reconhecer que, em pleno século 21, a mais festejada tecnologia de nosso tempo apresenta fatores negativos, capazes até de retardar o pleno desenvolvimento das características cognitivas dos alunos. Nesse caso específico, trata-se do desenvolvimento natural da mente, ao entrar em contato com fatos relativos ao conhecimento, da percepção da realidade, ao discernimento entre o certo e o errado, enfim ao juízo de valores, sua hierarquia, submetendo todos esses elementos ao escrutínio do raciocínio.

Quando as respostas aparecem, como mágica, na tela, todo esse importante processo e esforço cognitivo, vai ficando como que atrofiado ou malformado. Acreditar que o mundo está ao alcance de um click no botão do computador nem sempre é verdade. Para a educação e o processo de ensino, há possibilidade de mau uso dessa ferramenta tecnológica nas escolas, sobretudo quando não se conhece seus efeitos a longo prazo numa população ainda em formação, e, portanto, aberta a tudo.

Aprender a estruturar o conhecimento exige ferramentas próprias e naturais ao ser humano, desenvolvidas ao longo de milênios e que foram capazes de conduzir o cérebro para a elaboração do raciocínio abstrato, da criatividade e de tantos outros atributos que fizeram da humanidade o que ela é hoje. Cientes desses riscos, alguns países do primeiro mundo e que foram pioneiros na introdução da informática nas escolas, como é o caso da Suécia, que desde 1990 implantou o modelo onde 100% do ensino era digital, parecem ter acordado para os problemas trazidos pela moderna opção.

Os resultados de colocarem as escolas e os alunos vagando no mundo virtual tiveram alto preço cobrado agora, na forma de uma acentuada queda no desempenho das crianças em leitura e interpretação de textos; num declínio visível das estratégias relativas à criatividade. Tudo isso somado às críticas severas de especialistas em saúde, que perceberam os malefícios da exposição prolongada dos alunos na frente de computadores no que se refere à visão, postura e habilidade da escrita, além de ansiedade, depressão, vício e problemas de comportamento.

O que as autoridades daquele país tiveram que reconhecer, depois de investidos milhões de euros na implantação de escolas digitais, foi que métodos simples, como a volta de livros físicos, poderiam trazer benefícios aos alunos que nenhuma tela de computador poderia substituir. A constatação geral, depois de quase duas décadas utilizando ostensivamente computadores em sala de aula, foi que os jovens submetidos a essas inovações passaram a saber menos, a raciocinar com mais dificuldade, perdendo o poder de concentração.

A ortografia, ferramenta essencial que estabelece conexão direta com o cérebro, também foi nitidamente prejudicada. As estratégias pedagógicas agora, depois de experiências como essa, devem ser outras. A neurociência, envolvida nesse problema, apoia o retorno do ensino físico. Outras áreas do saber, como a psicologia, também reforçam a necessidade de se repensar o ensino digital. A sensação dos envolvidos nessa questão é um paradoxo. Nunca, diante de uma massa colossais de informação instantânea, posta hoje à disposição de todos, os jovens, curiosamente, parecem demonstrar um baixíssimo nível de conhecimento e compreensão do mundo atual.

Exercícios simples, como redigir textos manualmente, foram, entre os muitos prejuízos, o que mais chamar a atenção de todos. Além disso, foram verificados prejuízos na comunicação e interação entre os jovens, dificuldade de dialogar e discutir problemas, tudo ocasionado pelo retardamento do desenvolvimento cognitivo.

Trata-se de uma situação real, cuja experiência pode servir muito bem para escolas brasileiras, sobretudo para o ensino público, em que os computadores podem, ao mesmo tempo, minorar a má formação dos professores, o pouco interesse das autoridades na melhoria do ensino e a conhecida malevolência presente em muitos de nossos alunos. De certo, os problemas do ensino em nosso país jamais serão resolvidos, mesmo em parte, empurrando os alunos para o mundo virtual, onde tudo pode acontecer, inclusive nada.

» A frase que foi pronunciada:

“A arte de pensar está se perdendo porque as pessoas podem digitar uma palavra e encontrar um resultado e pensam que isso é a resposta para tudo”.

Tom McCarthy

» História de Brasília

Coisa fora do plano de Brasília: a TV Alvorada está no setor residencial, a Rádio Educadora do Ministério da Educação está no setor das grandes áreas (escolar) e a oficina da Disbrave está no Setor Comercial Residencial (Publicada em 1º/4/1962)